



O desafio de manter o Brasil em crescimento

A crise econômica que alguns países enfrentam e o possível impacto desse novo cenário na vida do brasileiro foram levados em consideração para que o ministro-relator da apreciação das contas do Governo da República relativas a 2011, José Múcio Monteiro, propusesse como tema central do rela-



tório a “sustentabilidade do crescimento”. A preocupação demonstrada na escolha do tema levou em conta o fato de exercício de 2011 ter-se iniciado com a comemoração do desempenho expressivo da economia brasileira no ano anterior, medido pelo Produto Interno Bruto (PIB), que alcançou a marca histórica de 7,5%. Ao mesmo tempo em

que o resultado foi celebrado, motivou-se a discussão em torno da viabilidade de se manter o crescimento econômico ao longo do tempo.

Para que o crescimento econômico seja capaz de impactar substancialmente o bem-estar da população, é necessário que permaneça por período de tempo suficiente a fim de se promover mudanças estruturais nos diversos aspectos compreendidos no desenvolvimento. Nesse sentido, o Tribunal de Contas da União (TCU) selecionou áreas estratégicas para a abordagem do tema no trabalho de apreciação das contas. Entre elas, instrumentos de política econômica, infraestrutura, Programa de Aceleração do Crescimento, Copa do Mundo de 2014, desenvolvimento regional, ciência, tecnologia e inovação, bem como a educação profissional.

A análise dessas áreas estratégicas somadas às presentes todos os anos na análise das contas – tais como demonstrações contábeis da União, desempenho da economia brasileira no período observado, as receitas e despesas do exercício e análise sobre a ação setorial do governo, separada por funções de governo – possibilitaram trazer uma discussão do cenário econômico e das ações macroeconômicas governamentais;

promover a *accountability* governamental; dar transparência às ações estatais; avaliar o desempenho do governo; incentivar o aperfeiçoamento da gestão pública nos mais variados aspectos; fornecer um parecer sobre os dados financeiros, patrimoniais e contábeis da União; além de realizar um diagnóstico profundo em temas importantes para a sociedade, principalmente no que diz respeito à sustentabilidade do crescimento.

DESTAQUES DA ANÁLISE FEITA PELO TCU

Em relação à política econômica, em 2011, o país cresceu 2,7%. Após altas taxas de juros reais em meados dos anos 1990, o país atingiu um patamar de 5% a.a. em 2011. A baixa foi intensificada em 2012, mas, apesar dessa tendência, o Brasil ainda apresenta uma das mais elevadas taxas de juros do mundo. O acompanhamento e o controle dos restos a pagar merecem destaque em virtude do expressivo volume de recursos inscritos nessa rubrica nos últimos exercícios. Em 2011, foram inscritos R\$ 141 bilhões, enquanto em 2010, R\$ 129 bilhões. Entre 2007 e 2011, o crescimento de restos a pagar inscritos foi de 126%.

A carga tributária nacional elevou-se de 33,71% do PIB,

em 2010, para 35,88% em 2011. Nos últimos dez anos, esse aumento foi de 14,6%. Em 2000, a carga tributária total (que inclui as esferas federal, estadual e municipal) e a carga tributária federal correspondiam a 30,13% e 20,25% do PIB, respectivamente. Já em 2011, evoluíram para 35,88% e 23,56% respectivamente.

No que diz respeito à infraestrutura, o setor de geração e transmissão de energia elétrica – quando comparado aos de banda larga e de gás natural – encontra-se em estágio mais avançado. Apesar disso, o TCU identificou riscos associados à falta de diretrizes e à eventual intempestividade da tomada de decisão em relação às concessões do setor elétrico, cujos contratos vencerão a partir de 2015. Esses contratos representam 18% de toda a geração de energia elétrica do país, 84% da rede básica de transmissão e 37 das 63 distribuidoras de energia elétrica existentes. Em estudo, realizado pelo tribunal a respeito do cenário de crescimento dos setores avaliados, ficou constatado que, em 2011, a geração de energia foi de 115.981 MW e a transmissão foi de 98.960 Km de linha. A previsão é de que, em 2020, seja necessária a geração de 171.652 MW e a transmissão de 141.513 km de linha, um crescimento de 48% e 43%, res-

pectivamente. Isso exige do país investimentos da ordem de R\$ 190 bilhões para geração de energia elétrica e R\$ 46 bilhões para transmissão.

No setor de comunicações, o Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), fundamental para o crescimento sustentável do país, tem como foco a disponibilidade de infraestrutura e o desenho de uma política produtiva e tecnológica compatível com a oferta de banda larga, sendo estruturado em três pilares: redução de preço, aumento de cobertura e de velocidade.

Verificou-se, contudo, que o PNBL deve abranger maior horizonte temporal de planejamento, ser atualizado e acompanhado periodicamente e contemplar metas mais detalhadas, indicadores, prazos e unidades responsáveis por cada uma de suas ações. Em 2010, a quantidade de acessos à banda larga fixa foi de 12 milhões, enquanto a móvel representou 14 milhões de acessos. A previsão de crescimento do setor é de que, em 2022, o Brasil tenha 39,3 milhões de acessos por banda larga fixa e 91,3 milhões de acessos pela móvel. Para expansão da banda larga, o cenário exigirá investimentos do setor público, até 2014, de R\$ 18,38 bilhões e do setor privado de R\$ 192 bilhões, até 2018.

Outro setor de infraestrutura preponderante para o crescimento do país é o de gás natural. O Plano Nacional de Energia estima, para 2020, produção doméstica de gás natural mais de três vezes superior à de 2011. Em números, isso representa um salto de produção de 65,93 milhões de m³/dia, em 2011, para 206 milhões de m³/dia, em 2020, um crescimento de 212%.

Corroborar-se que as principais limitações, tanto para a expansão da produção, quanto para o de transporte desse combustível, dizem respeito a dois fatores: 1) ausência de diretrizes governamentais para seu uso, o que dificulta o estabelecimento de uma demanda firme e 2) dificuldades no planejamento de ações para ampliação da malha dutoviária, em função da inexistência de normativos infralegais.

Quando se analisam os gastos da União com saúde, percebe-se que houve um crescimento de 52% nos últimos 5 anos, atingindo R\$ 87 bilhões em 2011. Contudo, não houve aumento desses gastos em relação ao Produto Interno Bruto (PIB). Em 2007, foram aplicados R\$ 57 bilhões (2,14% do PIB) em saúde. Em 2011, o número ficou em R\$ 87 bilhões (2,09% do PIB).

A proporção dos valores liquidados na função Educação em relação ao PIB, no

âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, aumentou progressivamente nos últimos anos. Em 2007, representava 0,85% do PIB. Depois de aumentos progressivos, essa proporção alcançou 1,29% do PIB em 2011, atingindo R\$ 53,8 bilhões.

No que aborda o desenvolvimento regional, verificou-se que, de 2002 a 2009, o PIB *per capita* de todas as regiões brasileiras aumentou significativamente. Apesar de ter sido constatado crescimento mais acelerado no Nordeste, a distribuição da riqueza ainda é muito desfavorável à região. Anualmente, são aplicados pelo governo cerca de 26 bilhões de reais, entre incentivos fis-

cais, dotações orçamentárias e fundos de financiamento. Entretanto, o esforço não tem sido suficiente para reverter o panorama na velocidade necessária, ante a gravidade do quadro de disparidades inter e intrarregionais.

Até o final de 2011, não haviam sido criados os planos de desenvolvimento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, previstos na Constituição Federal. A inexistência dos planos impede que a atuação governamental ocorra de forma organizada e pautada por diagnósticos e objetivos acurados. Dificulta, assim, a identificação adequada das necessidades de cada área e das ações que possam contribuir para atendê-las.

A APROVAÇÃO, COM RESSALVAS

As contas do governo da República, relativas ao exercício de 2011, foram aprovadas, portanto, com ressalvas, pela Corte de Contas em sessão extraordinária realizada no último 23 de maio. O parecer prévio das contas governamentais – primeiro ano da gestão da presidente do País, Dilma Rousseff – foi emitido com 25 ressalvas relacionadas a aspectos de conformidade da receita pública, da dívida pública, da execução do orçamento e das demonstrações contábeis. Diante do número de ressalvas e do desempenho governamental, 40 recomendações foram necessárias, sendo que doze delas foram dirigidas à Secretaria do Tesouro Nacional e nove à Casa Civil.

Participaram da cerimônia o presidente do Congresso Nacional, José Sarney; o presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia; a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann; o ministro-chefe da Controladoria-Geral da União (CGU), Jorge Hage; os ministros de Estado dos Transportes, Paulo Sérgio Passos, das Cidades, Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro, e da Educação, Aloizio Mercadante, entre outras autoridades.

